

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório e as Demonstrações Financeiras da BRVias Holding TBR S/A relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório de Revisão dos auditores independentes.

Apresentação

A BRVias Holding TBR S/A (“Cia.”) é uma sociedade cujo objetivo social é a participação na Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “Concessionária”), Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém o contrato de concessão da Rodovia BR-153/SP.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Auditoria Independente

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. que não prestou, durante o exercício social, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores. A contratação do serviço de auditoria teve início em 01/01/2022, com término em 31/12/2022. O valor pago por este contrato no exercício de 2022 foi de R\$ 16.560,00. As demonstrações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Agradecimentos

Finalizando, a Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

BRVIAS HOLDING TBR S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

BRVIAS HOLDING TBR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
BRVias Holding TBR S.A.
Lins - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da BRVias Holding TBR S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.4 as demonstrações contábeis, que informa que os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados pelas razões mencionadas na referida Nota, conforme determinado pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Em 23 de março de 2022, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Marcos Vinícius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP-262247/O-8

BRVias Holding TBR S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 (Reapresentado)	2022	2021 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.321	-	30.084	2.115
Caixa restrito	4	-	7.384	-	7.384
Aplicações financeiras	5	-	-	-	9.831
Contas a receber	6	-	-	10.757	8.560
Impostos a recuperar		1.588	1.564	2.669	2.229
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.226	1.275
Outros créditos		232	232	2.372	12.514
Total do ativo circulante		8.141	9.180	47.108	43.908
Não circulante					
Dividendos a receber	7	3.659	1.438	-	-
Tributos diferidos	15.a	-	-	-	1.292
Depósitos judiciais		-	-	5.279	3.158
Contas a receber	6	-	-	768	764
Contas a receber – partes relacionadas	7	-	100.000	-	-
Ativos de direito de uso		-	-	920	425
Investimentos	8	291.657	279.322	-	-
Imobilizado	9	-	-	3.718	4.402
Intangível	10	-	-	447.635	473.830
Ativo de contrato (intangível em construção)	10	-	-	188.734	90.721
Total do ativo não circulante		295.316	380.760	647.054	574.592
Total do ativo		303.457	389.940	694.162	618.500

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021 (Reapresentado)
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	4.163	35.720
Debêntures	12	-	5.800	-	5.800
Fornecedores	13	-	-	26.407	35.916
Obrigações tributárias			1.778	3.852	8.373
Parcelamento tributário		2.003	-	2.003	-
Provisão para manutenção	14	-	-	5.964	4.600
Partes relacionadas	7	530	530	1.127	1.133
Obrigações sociais		-	-	4.454	4.818
Dividendos a pagar	7	1.543	1.543	1.543	1.543
Obrigações infraestrutura a realizar		-	-	12.527	11.564
Contas a pagar		1	-	5.552	7.387
Total do passivo circulante		4.077	9.651	67.592	116.854
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	845	65.093
Fornecedores	13	-	-	1.675	362
Parcelamento tributário		5.370	6.585	11.497	9.620
Debêntures	12	-	89.000	279.935	89.000
Provisão para manutenção	14	-	-	4.334	4.172
Partes relacionadas	7	-	-	16.273	34.048
Tributos diferidos	15.a	-	-	3.057	-
Provisão para demandas judiciais	16	-	-	6.082	4.870
Outras contas a pagar		-	-	8.862	9.777
Total do passivo não circulante		5.370	95.585	332.530	216.942
Patrimônio líquido					
Capital social	17	370.480	303.971	370.480	303.971
Reserva de capital		-	14.150	-	14.150
Adiantamento para futuro aumento de capital		6	61.406	6	61.406
Prejuízos acumulados		(76.476)	(90.626)	(76.476)	(94.823)
Total do patrimônio líquido		294.010	284.704	294.010	284.704
Total do passivo e patrimônio líquido		303.457	389.940	694.162	618.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	-	-	259.769	205.263
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(188.361)	(135.646)
Lucro bruto		-	-	71.408	69.617
Despesas gerais e administrativas	19	(216)	(2.500)	(20.415)	(28.687)
Resultado de equivalência patrimonial	8	9.356	20.138	-	-
		9.140	17.638	(20.415)	(28.687)
Receita financeira	21	592	75.561	2.737	75.916
Despesa financeira	21	(5.535)	(20.027)	(44.000)	(33.088)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(4.943)	55.534	(41.263)	42.828
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.197	73.172	9.730	83.758
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.b	-	(5.098)	(1.185)	(11.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.b	-	-	(4.348)	(4.428)
		-	(5.098)	(5.533)	(15.684)
Lucro líquido do exercício		4.197	68.074	4.197	68.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.197	68.074	4.197	68.074
Total de resultado abrangente do período	4.197	68.074	4.197	68.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reclassificado)	303.971	14.150	53.933	(162.897)	209.157
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	7.473	-	7.473
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.074	68.074
Saldos em 31 de dezembro de 2021	303.971	14.150	61.406	(94.823)	284.704
Aumento de capital	66.509	-	(61.400)	-	5.109
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.197	4.197
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370.480	14.150	6	(90.626)	294.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	4.197	68.074	4.197	68.074
Ajustes para				
Depreciação/amortização	-	-	42.954	37.435
Resultado de equivalência patrimonial	(9.356)	(20.138)	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(5.216)	-
Provisão de manutenção	-	-	1.526	2.446
Provisão para demandas judiciais	-	-	(4.904)	1.075
Rendimento de aplicação financeira	(592)	-	(2.738)	(394)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	5.535	13.766	36.768	23.616
Baixa do ativo imobilizado	-	-	2.507	2.652
Perdão de juros e encargos moratórios	-	(75.561)	-	(75.561)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	4.348	4.428
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	-	-	(2.201)	(3.485)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	49	(914)
Impostos a recuperar	(24)	(1.564)	(440)	(1.306)
Outros créditos	-	(7.384)	10.140	(18.577)
Depósitos judiciais	-	-	(2.121)	(115)
(Aumento) redução no passivo				
Fornecedores	-	-	(8.198)	16.993
Obrigações tributárias	(990)	7.844	(4.990)	13.996
Obrigações sociais	-	-	(364)	(1.747)
Contas a pagar	1	-	13.331	2.062
Demandas judiciais (pagamentos)	-	-	(17.781)	2.160
Partes relacionadas	-	-	-	-
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(4.472)	(8.965)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(1.229)	(14.963)	62.395	63.873
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos em coligadas e controladas	(5.200)	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	(147.475)	(2.881)
Resgate de aplicações financeiras	7.976	-	144.965	2.743
Aquisição de imobilizado	-	-	(2.070)	(1.568)
Adição do intangível	-	-	(114.174)	(46.382)
Caixa líquido oriundo as atividades de investimento	2.776	-	(118.754)	(48.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital em dinheiro	5.103	-	5.103	-
Recebimento de empresas ligadas, operações não comerciais	100.000	-	-	-
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	89.000	275.400	89.289
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(100.335)	(81.510)	(196.181)	(121.322)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6	7.473	6	12.260
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	4.774	14.963	84.328	(19.773)
Aumentos (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	6.321	-	27.969	(3.988)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	-	-	2.115	6.103
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6.321	-	30.084	2.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRVias Holding TBR S.A. (“Companhia” ou “BRVias”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007. Sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala W, Vila Olímpia, cidade de São Paulo - Estado de São Paulo. A Companhia possui como objeto social a participação em empresas não financeiras.

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Controlada), que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., foram aportadas na BRVias Holding TBR S.A., passando a ser a única acionista da Transbrasiliana.

Em 17 de setembro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Controladora) firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua Controlada Dable Participações Ltda., para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da BRVias Holding TBR S.A., detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Transbrasiliana” ou “Controlada”, por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (“CADE”) realizado em 17 de outubro de 2014.

Em 5 de janeiro de 2015, as Partes concluíram o negócio através do cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foi alterado o controle acionário indireto da Companhia, bem como os seus administradores.

A sua Controlada é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo.

O objeto social da Controlada é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, a Controlada se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R\$4,30 para R\$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3).

Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Controlada e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU.

Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Controlada ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Controlada entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente.

Em linha com o entendimento da Controlada, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU.

Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Controlada impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15 de outubro de 2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasse o imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de outubro de 2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que “mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários” e em 06 de novembro de 2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP.

A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04 de dezembro de 2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06 de novembro de 2018. Em 11 de fevereiro de 2021 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21 de fevereiro de 2021, a Controlada opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Controlada foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Controlada interpôs Recurso de Apelação, em 15 de junho de 2021, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal.

Em 25 de setembro de 2021, a Controlada apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Controlada realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07 de outubro de 2021. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido.

Em 1º de março de 2022, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão.

Em 06 de março de 2022 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016.

No âmbito de processo administrativo de proposta de aplicação de medida cautelar, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) deliberou por notificar a Transbrasiliana para que a Concessionária reduzisse a Tarifa Básica de Pedágio (“TBP”) para R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), contra os R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) então vigentes desde o dia 06 de março de 2022, sob pena de instauração de processo de caducidade (Deliberação ANTT nº 113, de 31 de março de 2022), por entender que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança não teria aplicação imediata.

Embora tivesse a Controlada a mais absoluta convicção de que havia obedecido os estritos termos da decisão judicial, a Transbrasiliana acatou à deliberação da ANTT e promoveu a redução tarifária em 06 de abril de 2022, de modo que a TBP voltou a ser de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos).

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em face da ordem emanada pela ANTT pela redução tarifária, a Transbrasiliana ajuizou Reclamação nº 1011453-72.2022.4.01.0000 perante o TRF1, obtendo decisão liminar para suspender os efeitos da Deliberação da ANTT nº 113, de 31 de março de 2022. Deste modo, a ANTT publicou a Deliberação nº 134, de 14 de abril de 2022, determinando que a Transbrasiliana implementasse a TBP de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) em todas as praças de pedágio.

Assim, desde a zero hora do dia 16 de abril de 2022 a TBP é de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). A nova tarifa também deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio, vez que o referido valor remonta ao ano de 2015 e encontra-se corroído pela inflação.

Em 16 de novembro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, a Deliberação da ANTT nº 340 de 11 de novembro de 2022, determinando a aplicação da Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 8,00 (oito reais), a partir da zero hora do dia 18 de novembro de 2022 em todas as praças de pedágio. Assim, desde a zero hora do dia 18 de novembro de 2022, a tarifa de R\$ 8,00 vem sendo aplicada. O novo valor contempla a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e, também, o reequilíbrio econômico-financeiro referente a obras e serviços, sendo decorrentes exclusivamente da 13ª Revisão Ordinária da Transbrasiliana (ano de 2021), sendo importante consignar que os temas controvertidos da 12ª e 13ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de consolidação e investimento em Controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua Controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de decidir as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Companhia controla a Transbrasiliana e, portanto, realiza a consolidação integral da Controlada.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados da Controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e a Controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; e (ii) participações no capital e lucro do exercício da Controlada. O exercício social da Controlada é coincidente com o da Companhia.

2.2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, assim como as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua Controlada revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua Controlada.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Demonstrações Financeiras em 30 de março de 2023.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

As políticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia e sua Controlada estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas a cada item divulgado nestas demonstrações contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e sua Controlada fazem o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

No exercício corrente, a Companhia e Controlada não adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
<u>Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).</u>	<ul style="list-style-type: none">• Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;• Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e• Referências à Estrutura conceitual.	<u>1º de janeiro de 2022</u>
<u>Alterações IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</u>	<ul style="list-style-type: none">• Subsidiária como adotante pela primeira vez das normas internacionais de contabilidade	<u>1º de janeiro de 2022</u>
<u>Alterações IFRS 9 Financial Instruments</u>	<ul style="list-style-type: none">• Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)	<u>1º de janeiro de 2022</u>
<u>Alterações IAS 41 Agriculture</u>	<ul style="list-style-type: none">• Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)	<u>1º de janeiro de 2022</u>

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia e sua Controlada ou sobre as divulgações nestas Demonstrações contábeis.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e sua Controlada quando da adoção, a saber:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alteração no IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023

2.4. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, procedemos com as reclassificações, retrospectivamente, que não foram refletidas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022:

- Redução de capital na Controlada Transbrasiliana no montante de R\$ 100.000, sem o cancelamento de ações, nos termos do artigo 173 e 174 da lei das Sociedades por Ações, aprovado em 13 de agosto de 2022 e registrado em 27 de outubro de 2022.
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estavam registrados no Ativo Não Circulante e no Passivo não Circulante. Em virtude da revisão de prática contábil para a apresentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos.

Os efeitos acima mencionados não impactaram a demonstração do resultado do exercício.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo estão apresentados os efeitos comparativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 controladora:

	Originalmente Divulgado	Ajustes / Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	9.180	-	9.180
Contas a receber – Partes Relacionadas	-	100.000	100.000
Investimentos	379.322	(100.000)	279.322
Outros ativos não circulantes	1.438	-	1.438
Total do ativo não circulante	380.760	-	380.760
Total do ativo	389.940	-	389.940
Passivo circulante	9.651	-	9.651
Passivo não circulante	95.585	-	95.585
Patrimônio Líquido	284.704	-	284.704
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	389.940	-	389.940

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 consolidado:

	Originalmente Divulgado	Ajustes / Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	43.908	-	43.908
Tributos diferidos	14.563	(13.271)	1.292
Outros ativos não circulantes	573.300	-	573.300
Total do ativo não circulante	587.863	(13.271)	574.592
Total do ativo	631.771	(13.271)	618.500
Passivo circulante	116.854	-	116.854
Tributos diferidos	13.271	(13.271)	-
Outros passivos não circulantes	216.942	-	216.942
Passivo não circulante	230.213	(13.271)	216.942
Patrimônio Líquido	284.704	-	284.704
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	631.771	(13.271)	618.500

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	-	-	796	524
Saldos bancários	-	-	22.703	1.591
Aplicações financeiras	6.321	-	6.585	-
	6.321	-	30.084	2.115

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e sua Controlada considera equivalentes de caixa aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Santander com liquidez diária, sendo remunerada a taxa do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

4. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa restrito	-	7.384	-	7.384
	-	7.384	-	7.384

Em 30 de julho de 2022 foi realizada a 2ª emissão de debêntures objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda ou intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição e integralmente subscritas e integralizadas por fundo de investimento gerido pela Quadra Gestão de Recursos S.A. (Quadra). O saldo em conta vinculada correspondia ao valor mínimo de retenção conforme definido na escritura de emissão de debêntures. Em abril de 2022 foi realizada a quitação integral da segunda emissão de Debêntures da BRVias, conforme nota explicativa nº 12.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras	-	-	-	9.831
	-	-	-	9.831

Tratava-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 94% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, onde foi realizado o resgate total em 27 de abril de 2022 após quitação total do Finem (BNDES) em 14 de abril de 2022, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

6. Contas a receber

Descrição	2022	2021
Arrecadação de pedágio	10.576	8.439
Receitas acessórias	949	6.101
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	-	(5.216)
Total	11.525	9.324
Circulante	10.757	8.560
Não circulante	768	764
	11.525	9.324

(i) Em 30 de junho de 2022 a Controlada realizou a baixa total dos valores R\$5.216 provisionados para crédito de liquidação duvidosa após o recebimento e finalização do processo judicial junto ao cliente em atraso das receitas acessórias.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

A Controlada submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, sua Controlada e seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

	Nota	Saldo em aberto em		Valor da transação para os exercícios encerrados	
		2022	2021	2022	2021
Controladora					
Ativo					
Dividendos a receber					
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	(i)	3.659	1.438	-	-
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	(vi)	-	100.000	-	-
		3.659	101.438	-	-
Passivo					
Triunfo Participação e Investimento S.A.	(ii)	530	530	-	-
Dividendos a pagar					
Dable Participações Ltda.	(iii)	1.543	1.543	-	-
		2.073	2.073	-	-
Consolidado					
Passivo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(ii)	15.665	33.683	1.781	1.951
Construtora Triunfo S.A.	(iv)	1.709	1.472	1.840	5.148
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(v)	26	26	-	-
Dividendos a pagar					
Dable Participações Ltda.	(iii)	1.543	1.543	-	-
		18.943	36.724	3.621	7.099
Circulante		2.670	2.676		
Não Circulante		16.273	34.048		

- (i) Dividendos a receber de resultados apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015; não foram distribuídos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.
- (ii) O valor devido à Triunfo é composto por despesas pagas pela controladora, inclusive créditos cedidos pela Controladora (Triunfo), no Consolidado, o valor devido à TPI é composto por despesas pagas pela controladora, e que serão reembolsados pela Companhia, e créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da TPI cedidos à Companhia para adesão aos programas de Parcelamentos da Receita Federal PRT/PERT;
- (iii) Dividendos a pagar de resultados apresentados em exercícios anteriores;
- (iv) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção;

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda., pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimentos e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia);

(vi) Redução de capital em 27 de outubro de 2022, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4.

8. Investimentos

A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações contábeis da empresa Controlada e a movimentação do investimento da Companhia.

	2022	2021 (Reapresentado)
Investida		
Participação no patrimônio líquido	100%	100%
Resumo do balanço patrimonial		
Ativo circulante	34.728	34.728
Ativo não circulante	587.864	574.593
Total do ativo	622.592	609.321
Passivo circulante	108.641	108.641
Passivo não circulante	134.627	221.356
Patrimônio líquido	379.324	279.324
Total do passivo e patrimônio líquido	622.592	609.321
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	9.356	20.138
	2022	2021 (Reapresentado)
Movimentação do investimento		
Saldo Inicial de Investimento	279.322	354.574
(-) Redução de capital	-	(100.000)
Participação nos resultados	9.356	20.138
Aumento de capital	5.200	4.786
(-) Distribuição de dividendos	(2.221)	(176)
Investimento em 31 de dezembro de 2022	291.657	279.322

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2021	2.247	2.398	447	8.546	755	14.393
Adições	143	321	34	1.406	166	2.070
Baixas	(51)	(14)	(1)	(929)	(83)	(1.078)
Saldo em 31/12/2022	2.339	2.705	480	9.023	838	15.385
Depreciação						
Saldo em 31/12/2021	(1.498)	(1.184)	(308)	(6.781)	(220)	(9.991)
Adições	(312)	(256)	(45)	(1.587)	(39)	(2.239)
Baixas	17	2	3	541	-	563
Saldo em 31/12/2022	(1.793)	(1.438)	(350)	(7.827)	(259)	(11.667)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2021	749	1.214	139	1.765	535	4.402
Saldo em 31/12/2022	546	1.267	130	1.196	579	3.718
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos intangível e de contrato (intangível em construção)

	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 24.c)	Adiantamento Obras (iv)	Total do intangível em construção
Custo							
Saldo em 31/12/2021	553.980	133.620	687.600	87.620	9.442	-	97.062
Adições	5.661	4.738	10.399	76.329	-	27.446	103.775
Baixas	(936)	(259)	(1.195)	(854)	-	-	(854)
Transferências	292	4	296	(296)	-	-	(296)
Saldo em 31/12/2022	558.997	138.103	697.100	162.799	9.442	27.446	199.687
Amortização							
Saldo em 31/12/2021	(181.239)	(32.531)	(213.770)	(6.341)	-	-	(6.341)
Adições	(24.419)	(11.330)	(35.749)	(4.615)	-	-	(4.615)
Baixas	53	1	54	3	-	-	3
Saldo em 31/12/2022	(205.605)	(43.860)	(249.465)	(10.953)	-	-	(10.953)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2021	372.741	101.089	473.830	81.279	9.442	-	90.721
Saldo em 31/12/2022	353.392	94.243	447.635	151.846	9.442	27.446	188.734
Taxa de amortização %	7,36	7,36					

(i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais.

(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

(iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Controlada reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.

(iv) Valores referente a adiantamento para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis da Controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado.

Ativo de contrato (Intangível em construção)

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Informações Trimestrais. O valor do intangível em construção em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 151.846 (R\$ 81.279 em 31 de dezembro de 2021) de intangível em andamento, R\$ 9.442 (R\$ 9.442 em 31 de dezembro de 2021) de infraestrutura a realizar e R\$ 27.466 de adiantamentos para obras.

Redução ao valor recuperável

A Controlada avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de impairment é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2023 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia e sua Controlada. O resultado apurado no teste de impairment foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no exercício.

11. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurados pelo custo amortizado.

Consolidado

<u>Tipo de operação</u>	<u>Taxa de juros (% a.a.)</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	-	92.574
CCB ABC (ii)	3,0%	CDI	2023	3.406	6.603
CCB	12,56%	-	2025	1.602	1.636
Total				5.008	100.813
Circulante				4.163	35.720
Não circulante				845	65.093

(i) Em 14 de maio de 2010, a Controlada firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$272.231, com exigibilidade mensal o financiamento possui as seguintes garantias:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R\$9.705 (nota explicativa nº 4);
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária.

Em 14 de abril de 2022 foi realizado a quitação integral do Finem (BNDES) no valor de R\$86.153 com recursos provenientes da emissão de debentures, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

(ii) Em 28 de janeiro de 2016, a Controlada firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$24.998, com exigibilidade trimestral.

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022, possuem taxa média ponderada de 15,34% a.a. (8,56% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R\$
2024	513
2025	318
2026	14
	845

12. Debêntures

Emissora	Série	Debêntures emitidas	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros	31/12/2022	31/12/2021
BR Vias Holding TBR (i)	2ª Emissão	89.000	06/2029	-	-	-	CDI + 9,45	CDI + 9,45	-	94.800
Transbrasiliana (ii)	8ª Emissão	275.400	03/2033	275.400	(27.469)	247.931	CDI + 9,6%	CDI + 9,6%	279.935	-
				301.400	(27.469)	273.931			279.935	94.800
								Circulante	-	5.800
								Não circulante	279.935	89.000

- (i) Em 02 de agosto de 2021 foi aprovada a 2ª emissão de Debêntures simples na controladora BRVias no montante de R\$ 89.000, cujo recurso fora utilizado para a quitação antecipada da 1ª Emissão de Debêntures da BRVias; na mesma data foi aprovada a 5ª emissão de Debêntures simples na Triunfo no montante de R\$ 26.000, cujos recursos foram utilizados para quitação dos empréstimos junto ao Banco BTG Pactual na Triunfo e na Controlada Transbrasiliana. Em abril de 2022 foi realizada a quitação integral da segunda emissão de Debêntures da BRVias.
- (ii) A Controlada Transbrasiliana realizou em 24 de março de 2022 a oitava emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia Adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 275.400 e prazo de vencimento de 11 anos, a contar da data de emissão, carência de 1 ano para amortização dos juros e 2 anos para amortização do principal. Os recursos foram liberados em duas tranches, nas datas de 11 de abril de 2022 e 14 de abril de 2022 nos valores de R\$ 108.500 e R\$ 166.900, respectivamente. As Debêntures foram emitidas nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada e no Decreto 8.874, de 11 de outubro de 2016, e os recursos captados serão aplicados no projeto de infraestrutura no setor de logística e transporte objeto do Contrato de Concessão celebrado entre ANTT e a Transbrasiliana, enquadrado como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do Ministério da Infraestrutura, Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias nº 211, de 02 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 09 de março de 2022. As Debêntures foram subscritas e integralizadas pelo fundo de investimento sob gestão da Quadra Capital.

O vencimento das parcelas das Debêntures registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 está assim distribuído:

Ano	Consolidado
2024	28.544
2025	31.025
2026	31.220
2027	30.992
2028 em diante	158.154
	279.935

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

Consolidado	2022	2021
Fornecedores diversos	18.933	27.855
Retenções (i)	9.149	8.423
	28.082	36.278
Circulante	26.407	35.916
Não circulante (i)	1.675	362
	28.082	36.278

(i) A Controlada adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

14. Provisão para manutenção

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

A política da Companhia e sua Controlada define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A movimentação da provisão de manutenção durante o período é como segue:

Resumo da movimentação	2022	2021
Saldo inicial	8.772	6.326
Adições	1.526	2.446
Saldo final	10.298	8.772
Circulante	5.964	4.600
Não Circulante	4.334	4.172

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R\$
2023	5.964
2024	2.873
2025	1.461
	10.298

15. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

A Controlada apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 22.187 (2021: R\$ 30.125). Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Controlada tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, líquido dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo		
Provisões	5.858	7.019
Prejuízo fiscal e base negativa	7.957	7.544
	13.815	14.563
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(8.447)	(9.096)
Outros	(8.425)	(4.175)
	(16.872)	(13.271)
Ativo (Passivo) diferido	(3.057)	1.292

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022, a Controlada possuía créditos tributários a compensar sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$23.403. A expectativa de utilização desses saldos por parte da Controlada encontra-se abaixo demonstrada:

Ano	R\$
2023	4.674
2024	3.283
Total	<u>7.957</u>

b) Imposto de renda e contribuição social - resultado

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Controlada e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Controlada. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.197	73.172	9.730	83.758
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	(1.427)	(24.878)	(3.308)	(28.477)
Adições e exclusões permanentes	-	-	(223)	(83)
Adições e exclusões temporárias	-	12.933	(248)	12.876
Resultado de equivalência patrimonial	3.181	6.847	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.754)	-	(1.754)	-
	-	(5.098)	(5.533)	(15.684)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(5.098)	(1.185)	(11.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(4.348)	(4.428)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(5.098)	(5.533)	(15.684)
Alíquota efetiva (i)	-	-	57%	19%

- (i) A alíquota efetiva no consolidado em 2022 e 2021 está distorcida principalmente devido à não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal da Controladora em razão de incerteza do lucro tributável esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para demandas judiciais

A Controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2022, está provisionado o montante de R\$6.082 (R\$4.870 em 31 de dezembro de 2021) na Controlada, o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.447	423	4.870
Adições	3.696	153	3.849
Pagamentos	(1.505)	(77)	(1.582)
Reversões	(904)	(151)	(1.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.734	348	6.082

Adicionalmente, a Controlada é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Controlada, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, essas ações totalizam R\$62.061 em 31 de dezembro de 2022 (R\$29.017 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	99	57.760	118	26.823
Trabalhistas	72	4.301	59	2.194
Total	171	62.061	177	29.017

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R\$370.480 (R\$303.970 em dezembro de 2021), totalmente integralizado, representado por 378.132.866 (303.970.710 em dezembro de 2021) 50% em ações ordinárias e 50% em ações preferenciais e sem valor nominal.

A composição acionária, em 31 de dezembro de 2022, é apresentada abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Dable Participações Ltda.	378.132.866	100,0
	378.132.866	100,0

b) Reclassificação

Em 01 de janeiro de 2021 o montante de R\$ 3.387 foi reclassificado de Reservas de Capital para prejuízos acumulados.

18. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e sua Controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e sua Controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia e de Controlada, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Controlada em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e sua Controlada concluíram que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Conseqüentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual.

É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção.

O ativo de contrato (intangível em construção) é representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que antes da adoção do CPC 47 eram reconhecidos como ativo intangível da concessão (nota explicativa nº 9).

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Controladora.

Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social - Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00% à 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

A seguir a composição da receita operacional líquida:

<u>Consolidado</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de pedágios	193.220	172.819
Receitas acessórias	4.469	3.830
Receita de construção - ativos da concessão	79.377	43.788
Tributos incidentes	(17.297)	(15.174)
	<u>259.769</u>	<u>205.263</u>

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Gastos por natureza

A seguir a composição consolidada das despesas por natureza e função:

	31/12/2022	31/12/2021
Por natureza		
<i>Custo operacional</i>		
Pessoal	29.365	23.711
Amortização intangível e ativos de contrato	40.396	34.908
Serviços de terceiros	8.476	7.543
Conserv. de revestimento vegetal	426	725
Conserv. de pavimento flexível	7.751	4.534
Serviço de atendimento hospitalar	9.050	8.586
Custo de contrato concessão	7.934	6.791
Provisão para manutenção	840	1.417
Custo de construção	79.377	43.788
Material, equipamentos e veículos	16.436	10.776
Remuneração dos diretores	3.991	2.977
Serviço de consultoria jurídica	2.954	11.798
Baixa e perdas com PCLD	(5.217)	-
Depreciação do imobilizado	2.573	2.247
Outros	4.424	4.532
	208.776	164.333
Por função		
Custo dos serviços prestados	188.361	135.646
Despesas operacionais	20.415	28.687
	208.776	164.333

20. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Perdão de dívida e encargos moratórios (i)	-	75.561		75.561
Rendimento de aplicações financeiras	592	-	2.737	355
Total receitas financeiras	592	75.561	2.737	75.916
Passivo				
Juros sobre financiamentos	(5.535)	(20.027)	(36.273)	(28.982)
Outras despesas financeiras	-	-	(7.727)	(4.106)
Total despesas financeiras	(5.535)	(20.027)	(44.000)	(33.088)
Resultado financeiro líquido	(4.943)	55.534	(41.263)	(42.828)

(i) Perdão da dívida da Controladora refere-se à primeira emissão de debêntures em virtude do pagamento antecipado da 1ª emissão de Debêntures nos termos do aditivo contratual celebrado em junho de 2021.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua Controlada apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua Controlada.

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

i) Risco de liquidez

A Companhia e sua Controlada estão expostas a riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua Controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua Controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua Controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	1.112	3.300	845	5.258
Debentures	-	-	279.935	279.935
Fornecedores e outras contas a pagar	7.891	23.672	8.227	39.789
Total	9.003	26.972	289.007	324.982

ii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia e sua Controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2022 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua Controlada também não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e ou sua Controlada vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia e de sua Controlada indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, principal exposição de risco de mercado da Controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir:

• Seleção dos riscos

A Companhia e sua Controlada selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e IPCA.

• Seleção dos cenários

A Companhia e sua Controlada apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Controlada.

Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e IPCA de acordo com as informações obtidas na CETIP e Boletim Focus – Banco Central do Brasil.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

• Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e IPCA é apresentada a seguir:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empréstimos e financiamentos	3.406	Aumento CDI	13,65	13,65	465	17,06	581	20,48	698
Debentures	279.935	Aumento IPCA	5,64	5,64	15.788	7,05	19.735	8,46	23.683

A Companhia e sua Controlada não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

e) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua Controlada administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua Controlada pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

22. Cobertura de seguros

A sua Controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir, tendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como favorecida:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	Outubro/2021 a outubro/2024	15.000
Engenharia	Maió/2021 a outubro/2025	201.838
Operacionais	Maió/2022 a maio/2023	63.519
Garantia	Março/2022 a março/2023	79.975

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

23. Benefícios a empregados

A sua Controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua Controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

Em 6 de janeiro de 2012 a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Controlada não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Controlada aderiu ao Plano de previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Controlada e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totalizaram R\$ 372 e R\$ 251, respectivamente.

24. Remuneração diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pró-labore	1.895	1.383
Encargos sociais	572	451
Benefícios diretos e indiretos	453	298
Participação nos resultados	1.071	845
Total	3.991	2.977

25. Aspectos ambientais

A sua Controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua Controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26. Risco regulatório

A Companhia e sua Controlada desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Importante ressaltar, que a Companhia e sua Controlada se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

27. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Decorrente da verba de fiscalização

A Controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento a título de verba de fiscalização para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no montante anual de R\$4.200. O valor será corrigido com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2022, estão assim distribuídos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2023	4.200
2024	4.200
2025 até 2032	33.598
	<u>41.998</u>

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

a) Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia)

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a sua Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2022, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totalizam R\$403.936, demonstrados conforme abertura abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2023	125.572
2024	34.647
2025	28.853
2026	19.073
2027	20.383
2028 até 2033	175.408
	<u>403.936</u>

b) Termo de Acordo de Conduta (TAC)

A Controlada firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R\$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia.

Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Controlada realizou a compensação tarifária no valor de R\$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016.

Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R\$15.247 foi aplicado para compensação tarifária.

Finalmente, resta a obrigação da Controlada pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R\$ 12.527 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo.

BRVias Holding TBR S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cumprir informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07 de dezembro de 2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18 de dezembro de 2018.

Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 23036/2022/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em Outubro/2022 e término de obra em Julho/2024, sem prejuízo de novos pedidos de reprogramação, objetivando a reprogramação das obras do Km 339 (mais recente pedido foi apresentado dia 09/01/2023) para início em Janeiro/2023 e término em Outubro/2024, bem como de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários.

28. Eventos Subsequentes

(i) *Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.*

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297_

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227_

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Empresa, ativos e encerrados, nenhum deles foi afetado pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral n. 881 e 885 pelo STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.